

Política

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO

Pacote de Sartori reduz o tamanho do Estado

Governador propõe privatizar CEEE, Sulgás e CRM, quer extinguir a SPH, nove fundações e cortar três secretarias

Marcus Meneghetti

marcus@jornalcomercio.com.br

Os gritos de protesto dos servidores públicos que faziam uma manifestação na Praça da Matriz ecoavam ontem à tarde janela adentro do Salão Negrião do Pastoreio, no Palácio Piratini, onde o governador José Ivo Sartori (PMDB) anunciava “Um novo Estado, Um novo Futuro” - como tem sido chamado o conjunto de 38 projetos do Executivo que propõe a privatização de estatais, como a CEEE, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Sulgás - a Cesa (Companhia Estadual de Silos e Armazéns) também deve ser vendida.

Além disso, o pacote prevê a extinção de nove fundações, de uma autarquia (Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH), além da redução de benefícios do funcionalismo público, o aumento da contribuição previdenciária, redução de três secretarias, entre outras medidas.

Depois que os assessores do Piratini fecharam as janelas do palácio, diminuindo o barulho das manifestações, o governador chamou o secretário-geral de Governo,

Carlos Búrigo (PMDB), para detalhar os projetos de redução da máquina pública.

Auxiliado por um telão que projetava um conjunto de slides intitulados “Modernização da Estrutura do Estado”, Búrigo afirmou que o Executivo vai enviar à Assembleia Legislativa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), retirando a obrigatoriedade de realizar um plebiscito sobre a privatização de CEEE, CRM e Sulgás. A Cesa já pode ser vendida sem a consulta popular, pois os deputados estaduais aprovaram, no ano passado, a PEC que tratava disso.

“O governo tem a intenção de privatizá-las ou federalizá-las”, declarou o secretário - acrescentando mais tarde, durante a entrevista coletiva com a imprensa, ao lado do secretário da Fazenda, Giovani Feltes (PMDB), que ainda é “premature” fazer uma avaliação do valor de cada empresa.

A Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag) vai ser extinta e os funcionários dispensados.

Quanto às fundações, falou que vão ser encaminhados nove projetos de extinção abrangendo as seguintes secretarias: Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fun-

dação Cultural Piratini e a TVE, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps), Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF), Fundação de Zoobotânica (FZB) e a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan).

Os servidores estatutários desses órgãos vão ser reencaminhados para outros setores do governo, os celetistas vão ser demitidos, e os cargos comissionados vão ser redirecionados ou demitidos, dependendo da situação. Com isso, o Estado passa de 19 para 10 fundações. De acordo com Búrigo, a extinção das estruturas vai gerar R\$ 129,8 milhões em economia.

Das sete autarquias do Estado, uma vai ser extinta - a SPH -, e os funcionários vão ser realocados. Outras cinco vão ser mantidas. A AGDI vai sofrer mudanças nas funções, na estrutura ou na administração.

Segundo o secretário-geral, o governo está revendo o conceito de Estado, abrindo mão de atuar em setores em que tem empre-

sas privadas podem prestar o mesmo serviço.

“Queremos que o Estado gaste menos com serviços que não são da sua competência, em serviços que podem ser buscados no mercado. Com a máquina mais enxuta, será possível uma governança de maior qualidade nos serviços básicos, com saúde, segurança, educação e infraestrutura”, projetou Búrigo.

Ele também falou que o governo “vai cortar na própria carne”, fazendo menção às três secretarias que vão ser extintas: Secretaria do Planejamento, que vai ser incorporada pela de Governo; a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos vai se fundir com a de Trabalho; e a de Cultura vai ser anexada a de Turismo e Esporte.

Antes de terminar a apresentação, Sartori justificou que “as finanças públicas estão em estado de calamidade”, por isso “o sacrifício causado pelas medidas amargas deviam ser divididos entre todo o aparato estatal”. Quando o evento terminou, vários servidores que protestavam choravam na rua, pois já tinham tomado conhecimento das medidas de Um Novo Estado, Um novo Futuro.

PACOTE DE REFORMAS PROPOSTAS PELO GOVERNO SARTORI

ESTRUTURA DO ESTADO

COMPANHIAS

Privatizadas ou federalizadas:

- CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
- CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazéns
- CRM - Companhia Riograndense de Mineração
- Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

Extinta:

- Corag - Companhia Riograndense de Artes Gráficas

Mantidas:

- Badesul - Desenvolvimento - Agência de fomento/RS
- Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul
- BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento
- EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias
- Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul

Plebiscito

Por meio de Proposta de Emenda Constitucional, será excluída a obrigatoriedade da realização de plebiscito para aprovação de alienação, transferência do controle acionário, cisão, incorporação, fusão ou extinção

FUNDAÇÕES

Mudanças propõem economia de recursos. Em 2015, o Tesouro Estadual repassou R\$ 129,8 milhões para manutenção das fundações. Das 19 fundações, 9 serão extintas:

- CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia
- FCP - Fundação Cultural Piratini - TVE
- FDRH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
- FEE - Fundação de Economia e Estatística
- FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
- FEPPS - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde
- FIGTF - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
- FZB - Fundação de Zoobotânica
- METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

Serão mantidas:

- FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
- FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
- FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo
- FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
- FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
- FOSPA - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
- FPE - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
- FTSP - Fundação Teatro São Pedro
- FUNDAÇÃO LIBERATO
- UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

AUTARQUIAS

Valor repassado em 2015 - R\$ 67,2 milhões

Extinção:

SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias

Modificação:

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - passa a ser Escritório de Desenvolvimento de Projetos (sob estrutura da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão).

Mantidas:

- AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS
- Detran/RS - Departamento Estadual de Trânsito do RS
- IRGA - Instituto Rio-grandense do Arroz
- IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do RS
- SUPRG - Superintendência do Porto do Rio Grande

SECRETARIAS

FUSÕES

Secretaria Geral de Governo + Secretaria de Planejamento =

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretaria da Justiça e Direitos Humanos + Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social =

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E JUSTIÇA

Secretaria do Turismo, Esporte Lazer + Secretaria da Cultura =

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE

SEM ALTERAÇÃO:

Casa Civil; Agricultura, Pecuária e Irrigação; Comunicação; Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; Educação; Fazenda; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Modernização Administrativa e Recursos Humanos; Saúde; Desenvolvimento e Promoção do Investimento; Minas e Energia; Obras, Saneamento e Habitação; Segurança Pública; Transportes.

OUTRAS ALTERAÇÕES

- SERVIÇO PÚBLICO
O governo do Estado também prevê uma série de medidas referentes ao REGRAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO, incluindo mudanças na licença prêmio, fim de adicionais por tempo de serviço, alterações na lei previdenciária, e mudanças específicas para os servidores da Segurança Pública.

- AMPLIAÇÃO DO AJUSTE FISCAL
O Piratini também enviará medidas que afetam a distribuição de recursos aos demais poderes, os saldos no Caixa Único, a atual distribuição de benefícios fiscais a empresas, mudanças no ICMS da indústria e mudanças no calendário dos vencimentos e 13º dos servidores.